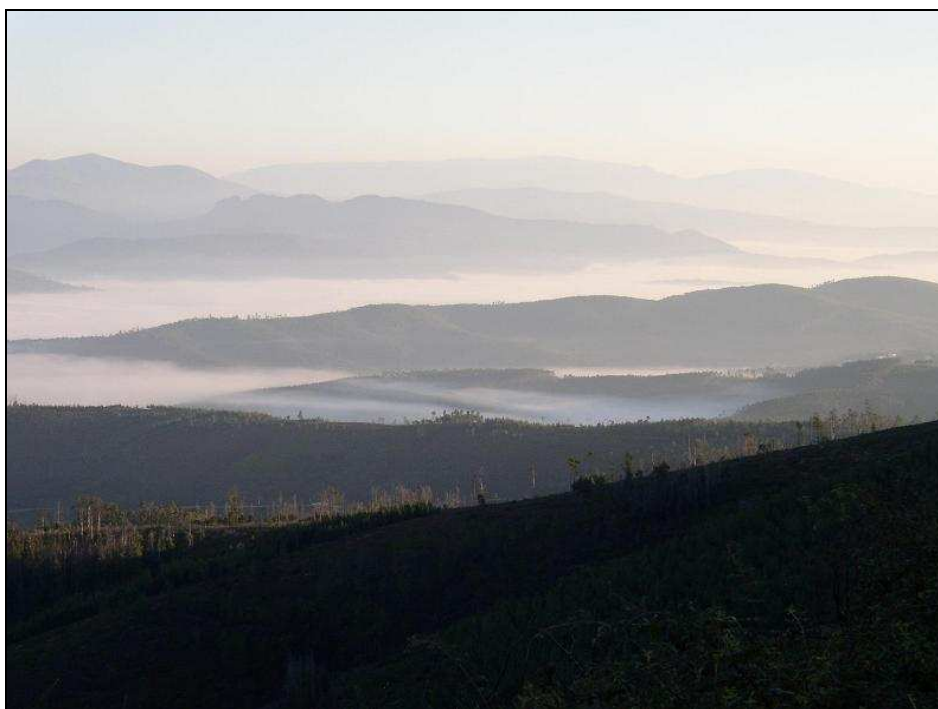


**Novos dados para o Conhecimento
da Pré-História Recente do Maciço Central
na Beira Interior Sul. *Tumuli* e gravuras rupestres
na Serra Vermelha e na Serra de Alvêlos
(Oleiros - Castelo Branco)¹**



João Carlos Caninas², Armando Sabrosa³, Francisco Henriques⁴,
José Luis Monteiro⁵, Emanuel Carvalho⁶, Álvaro Batista⁷, Mário Chambino⁸, Fernando
Robles Henriques⁹, Mário Monteiro¹⁰, Alexandre Canha¹¹,
Luis Carvalho¹² e Adriano Germano¹³

Resumo

O Projecto Eólico do Pinhal Interior (Grupo Generg) viabilizou, a partir do ano de 2002, a execução de prospecções arqueológicas sistemáticas em diversos relevos do Maciço Central, a Sul do rio Zêzere, no distrito de Castelo Branco, e maioritariamente no território pertencente ao concelho de Oleiros. Essa pesquisa incidiu nas serras que enquadram o vale superior da ribeira da Sertã, Vermelha, Alvêlos e Moradal

Apresentam-se os resultados das descobertas efectuadas no âmbito de estudos ambientais do Projecto Eólico, com destaque para os sítios atribuíveis à Pré-História Recente, em especial estruturas sob montículo artificial, de geometria circular e apreciável diversidade morfo-estrutural (*tumuli*) e gravuras rupestres.

Destacam-se os resultados da escavação, já concluída, de uma pequena estrutura (Vale de Mós I), estando a decorrer trabalhos de escavação de montículos em dois outros locais (Selada do Cavalo e Feiteiras), também situados na Serra Vermelha.

A identificação, em simultâneo, de *tumuli* e de grafias rupestres nesta região montanhosa da Beira Interior Sul representa uma nova faceta no conhecimento do seu povoamento durante a Pré-História Recente.

Introdução

Em 2002 e 2003 foram efectuadas prospecções arqueológicas nos concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova e Sertã, pertencentes ao distrito de Castelo Branco, no âmbito de estudos ambientais do Aproveitamento Eólico do Pinhal Interior, projecto que contemplava a construção de dez conjuntos electroprodutores, promovido pelo Grupo GENERG SA¹⁴. A tarefa foi executada pela empresa de Arqueologia EMERITA Lda para diversos consultores (PROSISTEMAS SA, PROCESL Lda, PROFICO Lda e IPA Lda)¹⁵.

Estes trabalhos proporcionaram a descoberta, pela primeira vez nesta área, de montículos artificiais, de geometria circular, construídos com terra e clastos de xisto-grauvaque e de quartzo, correlacionáveis, numa primeira abordagem, com rituais funerários pré-históricos (*tumuli*). Também se identificaram novas rochas com grafias rupestres esquemáticas, na linha de descobertas efectuadas anos antes na parte ocidental da Serra de Alvêlos (Batata, 1998; Batata & Gaspar, 2000).

Após os vastos incêndios de 2003, que eliminaram as coberturas arbustivas, constituídas sobretudo por urze (*Erica sp.*) e carqueja (*Pterospartum tridentatum*), foi possível confirmar o interesse arqueológico de tais montículos e descobriram-se estruturas semelhantes, que, por serem de menores dimensões, estavam totalmente mascaradas pela vegetação.

Em 2005 a Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT) associou-se a estes trabalhos promovendo campanha de prospecção arqueológica extensiva no concelho de Oleiros, dirigida prioritariamente para áreas de cumeada em zonas ardidas (Caninas, Henriques & Gouveia, 2003).

As descobertas efectuadas no âmbito dos estudos ambientais do Aproveitamento Eólico do Pinhal Interior e da prospecção arqueológica promovida pela AEAT foram apresentadas em revista de âmbito regional (Caninas *et al.*, 2004), no Colóquio *Espaços na Pré-História do Centro e Norte Peninsular* (Viseu, 2005), na 1ª *Reunión de Estudios sobre la Prehistoria Reciente en el Tajo Internacional (2007)*¹⁶ e na Exposição Itinerante *25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior* (Caninas *et al.*, 2005).

As prospecções arqueológicas tiveram continuidade, até ao presente, no acompanhamento arqueológico da construção dos parques eólicos, tarefa a cargo de EMERITA Lda, já concluída, e em escavações arqueológicas em três diferentes locais (Vale de Mós, Selada do Cavalo e Feiteiras), executadas numa parceria entre EMERITA Lda e AEAT.

Os trabalhos, de prospecção, escavação e acompanhamento de obra¹⁷ foram licenciados pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e financiados, na íntegra, por GENERG SA. As escavações arqueológicas contaram com o apoio logístico da Câmara Municipal de Oleiros e o apoio técnico do Museu Municipal de Almada e da Direcção Regional de Lisboa do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

Localização e antecedentes

O concelho de Oleiros, no distrito de Castelo Branco, abarca o vale superior da ribeira da Sertã, sendo enquadrado a Sul pela Serra do Cabeço Rainha (também denominada Serra de Alvêlos e Serra da Lontreira, consoante as fontes), a Norte pela Serra Vermelha (também denominada de Alvêlos) e a leste por uma crista quartzítica (Serra do Moradal). A Norte corre o rio Zêzere que ainda pertence à bacia hidrográfica do Tejo.

A Serra Vermelha, onde se concentram os achados que se apresentam, é um extenso relevo com altitude máxima em Povoinha (970m) e orientação geral na direcção NE-SO, fazendo linha de fecho entre as bacias hidrográficas do rio Zêzere, a Norte, e da ribeira da Sertã, a Sul.

Insere-se na parte Sul do Maciço Central (**Figura 1**), em vasta formação geológica ante-ordovícica de natureza xisto-grauváquica. A elevada idade faz com que estas rochas tenham materializados registos das diversas orogenias (Hercínica e Alpina) que afectaram a região. São, portanto, rochas de um modo geral muito metamorfizadas, povoadas de dobras, fracturas e falhas. O quartzo, outra litologia presente nos sítios identificados, é proveniente de acumulações filonianas que preenchem fracturas existentes.

Até época recente eram escassas as referências a vestígios arqueológicos neste concelho não sendo conhecidos monumentos ou sítios de cronologia pré-histórica anteriores ao Final da Idade do Bronze.

A primeira Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco (Proença Jr, 1910) assinala a descoberta de dez “machados de pedra” neste concelho. Estariam provavelmente associados a sepulturas megalíticas ou a *habitats* neo-calcolíticos não identificados. Este potencial arqueológico foi aliás salientado na obra póstuma de Vera Leisner sobre o megalitismo das Beiras (Leisner & Kalb, 1998), com referência ao topónimo Lomba das Antas.

Os dados disponíveis sobre a presença humana a partir do Bronze Final são mais significativos, como ficou demonstrado na tese de Carlos Batata sobre a Idade do Ferro e a Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza (Batata, 2006), na qual se inscreve a nossa área de estudo. No catálogo de sítios disponibilizado por aquele investigador existem povoados de altura, diversos tipos de *habitat* romano, minas da mesma época e uma rede viária a que o autor atribui considerável antiguidade articulada com a exploração de recursos minerais.

No concelho de Oleiros está referenciado um povoado da Idade do Ferro, na ponta sul da Serra do Moradal, já assinalado por Proença Júnior (1910). Recentemente foi apresentada uma comunicação em Jornadas Regionais (VV AA, 2005), não publicada, sobre achados de idêntica cronologia, no sítio do Zebro, na mesma serra.

Da época romana estão referenciados dois tesouros monetários (Alarcão, 1988a; Batata, 2006) e foram efectuadas escavações arqueológicas em Vale do Souto (Mosteiro) em sítio com vestígios de presença romano-visigótica (Diogo & Neto, 2000). E, entre o espólio do Museu Francisco Tavares de Proença Jr (Castelo Branco), existe pequena estatueta de touro, em bronze, atribuída aos sécs. II-III (Gomes, 2004), proveniente das proximidades da Serra de Oleiros.

As longas serras de xisto (Alvélos, Vermelha), que atravessam o concelho na direcção Nordeste-Sudoeste, estendem-se para Ocidente até à região de Abrantes e, para leste, convergem no atravessamento da Serra do Moradal tendo continuidade topográfica com outra longa cumeada, a Serra da Gardunha, até ao Fundão. A par da via fluvial (ribeira da Sertã), estas serras podem ter servido como vias terrestres de longa distância entre as regiões hoje designadas como Cova da Beira, a Nordeste, e Alto Ribatejo, a Sudoeste.

Estes relevos formam uma unidade de paisagem, denominada *Serras da Gardunha, de Alvélos e do Moradal*, cuja especificidade foi reconhecida em estudo recente sobre a paisagem de Portugal continental (Cancela d'Abreu, Correia & Oliveira, 2004).

***Tumuli* e grafias rupestres**

Os vestígios arqueológicos identificados no âmbito dos trabalhos supracitados (**Figura 2**), de que daremos destaque neste texto, correspondem a dois tipos. Em primeiro lugar, pela sua maior representatividade, montículos artificiais (*tumuli*), de geometria circular. Em segundo lugar, gravuras (ou grafias, na acepção de Bueno, Balbín & Alcolea, 2003), executadas de diferentes modos, sobre afloramentos xisto-grauváquicos. Estes achados situam-se em altitudes elevadas em especial na Serra Vermelha, embora ocorram também noutros relevos da região. As grafias rupestres são, aparentemente, mais frequentes na Serra do Cabeço Rainha (ou de Alvêlos).

Os montículos são concentrações, regulares, constituídas por terra e clastos de quartzo e xisto, claramente antrópicas e desse modo qualificáveis como estruturas. Apresentam variabilidade morfo-estrutural, isto é, tanto na dimensão dos volumes que se destacam acima do solo como na sua constituição.

Algumas destas construções podem considerar-se megalíticas, embora ainda não se tenham documentado estruturas dolménicas clássicas, mas a maioria são sub-megalíticas. Ocorrem geralmente em grupos de dois ou três monumentos.

O monumento mais impressionante até agora detectado é uma mamoa com cerca de 23m de diâmetro e 3m de altura (Cova da Moura), identificado próximo da Selada da Póvoa (**Figura 3**), a cerca de 800m de altitude. Apresenta depressão central, com 6m de diâmetro no rebordo, correspondente à câmara funerária. A sua observação externa sugere ser constituída essencialmente por terra embora também inclua blocos de xisto boleados e alguns pequenos blocos de quartzo. Existem outros monumentos com estas características em Mouro e Mata do Álvaro.

Um conjunto distinto do tipo anterior (*tumuli* em terra), mais numeroso, consiste em montículos de menores dimensões, com diâmetros cuja ordem de grandeza varia entre 12m e 8m, sendo de constituição diversificada. Existem *tumuli* de composição pétrea mista, incorporando quartzo leitoso e xisto, como é o caso da Selada do Cavalo (c. 900m de altitude, **Figura 4**), e outros que são constituídos, quase exclusivamente, por xisto, como é o caso de Feiteiras (c. 900m de altitude, **Figura 5**), ou por quartzo leitoso como é o caso do Cabeço do Seixo (c. 560m de altitude, **Figura 6**), equiparando-se a *cairns*. Um dos monumentos identificado no Cabeço do Seixo apresenta um anel interno de lajes de xisto, fincadas verticalmente e postas de cutelo.

Com composições aparentemente idênticas (xisto e quartzo, só xisto, ou só quartzo) identificaram-se montículos de dimensões ainda menores, como é caso de Vale de Mós, e de volumetria imperceptível, só detectáveis após remoção da vegetação. Mas neste conjunto de pequenos montículos podem existir amontoados modernos cuja finalidade não pôde ser determinada, com recurso à observação de superfície e aos informantes locais. Não parece corresponderem a morouços agrícolas, nem a abrigos pastoris, a malhões ou a marcadores territoriais.

De significativo, há o facto de existirem junto destes diversos tipos de montículos, quase sempre, caminhos de carroças, antigos, assinalados por sulcos provocados pela passagem de rodas. Quão antigos são, é uma pergunta que tal convergência nos suscita.

As grafias rupestres identificadas, até ao momento, em diferentes locais do concelho, repartem-se por dois conjuntos de rochas (Alto do Pobral e Sesmarias) e por ocorrências dispersas. Os motivos encontram-se insculpidos, geralmente, em painéis sub-horizontais

com uma inserção discreta na paisagem. De facto, no decurso das prospecções, os maciços rochosos mais destacados revelaram-se vazios.

As gravuras identificadas no Alto do Pobral, na parte oriental do Cabeço Rainha, distribuem-se por seis diferentes painéis situados nas encostas Nordeste (rochas 1 e 2) e Noroeste (rochas 3 a 6) de uma chã subjacente ao vértice geodésico Lontreira (1038m), onde estão patentes motivos gravados por picotagem, por abrasão e incisos. Este relevo está posicionado no bordo leste de um vasto anfiteatro natural correspondente às cabeceiras do ribeiro da Lontreira que corre de Sul para Norte em direcção à margem esquerda da ribeira da Sertã onde afluí, frente à vila de Oleiros.

Os motivos, gravados por picotagem e por abrasão, distribuem-se entre os 980m e os 900m de altitude. Em toda a área envolvente observaram-se outros afloramentos contendo superfícies, por vezes espaçosas, adequadas para gravação, mas que permaneceram vazias.

A rocha 1 exhibe dois lofóglifos, figuras vulgarmente designados por “ferraduras”, definidos por largo sulco picotado, bem vincado na rocha, formando um par com as concavidades voltadas para Norte. A rocha 2 é um pequeno afloramento insculpido com um fino sulco representando um podomorfo (**Figura 7**). Os extremos da figura acompanham o limite do afloramento. Além disso, a simetria do painel sugere ter sido gravado um par de pés calçados. A rocha 3 contém uma figura circular isolada definida por sulco picotado. A rocha 4 mostra uma insculptura circular isolada, de pequenas dimensões, definida por sulco vincado mas muito irregular. A figura foi aberta num fina capa de quartzo leitoso. A rocha 5 integra um afloramento alinhado com o suporte da rocha 3 e de idêntica morfologia. O painel, estreito e alongado, conserva um par de figuras circulares (**Figuras 8 e 9**) definidas por sulcos picotados bem marcados na rocha.

Com uma técnica distinta das anteriores, e em local mais elevado, encontra-se a rocha 6 que parece associar-se a uma lenda etiológica, junto de um antigo caminho de carroças, hoje abandonado. Estão representadas duas linhas quebradas, filiformes, semelhantes à letra M. Estes motivos, talvez alfabetiformes, são semelhantes às letras presentes na palavra MITAMVS, gravada no conjunto rupestre da Fechadura (Batata, 1998). Representaria, desse modo, uma realidade posterior mas denunciando tal como no sítio da Fechadura, uma perduração do acto de marcar rochas ao ar livre.

Estas gravuras têm a virtualidade de alargar, para Oriente dos conjuntos da Fechadura e da Lajeira (Batata, 1998), a representação de signos antigos nos afloramentos das Serra do Cabeço Rainha, evidenciando a importância territorial daquele acidente geográfico em período recente da Pré-História regional, por sinal o mais elevado desta região a sul do Zêzere.

Um conjunto mais notável pode observar-se em cumeada sobranceira à vila de Oleiros (Sesmarías, Serra Vermelha), sendo constituído por três rochas das quais se apresentam os decalques efectuados em duas delas (**Figuras 10 e 11**). É caracterizado por elevado número de pés calçados (podomorfos), por vezes associados aos pares, várias vezes com pares de sulcos transversais, gravados de três modos diferentes e com inúmeras sobreposições. Além das representações de pés calçados estão presentes outras grafias, nomeadamente figuras alongadas, *quicá* idólicas, e um antropomorfo.

Na base da sequência estratigráfica existem podomorfos de contorno muito bem desenhado, com recurso a sulcos estreitos ou traços filiformes. Poderá supor-se serem esboços (Gomes & Monteiro, 1977) mas verifica-se que, se parte deles servem como tal, outros são sobrepostos por figuras com orientações diferentes. Uma segunda forma de

representação de pés consiste na marcação do contorno com sulco picotado profundo e largo.

Existe, um terceiro modo de representar pés que poderá antes ser uma condenação de figuras antecedentes e que consiste num picotado, profundo, grosseiro e extensivo. Observam-se duas situações desse tipo tanto na rocha 1, apenas num sector, como na rocha 2. E admitimos essa intencionalidade pelo facto de tal preenchimento ocultar os sulcos transversais das gravuras subjacentes (rocha 2). Nos levantamentos figurados distinguiram-se os três tipos e as respectivas sobreposições com cor negra e com duas *nuances* de cor cinzenta.

Para além destes dois conjuntos, a que se deu destaque, existem outras ocorrências com figuras singulares, em pares ou em trios, representando círculos, espirais e lofóglifos. Finalmente, numa lomba da Serra Vermelha identificaram-se duas rochas (**Figura 12**) com covinhas (Mosteiro).

O *tumulus* 1 de Vale de Mós e outras intervenções

A estrutura 1 de Vale de Mós situa-se num suave colo (**Figura 13 e 14**) no topo da Serra Vermelha, no interior do Parque Eólico de Alvêlos, e foi objecto de escavação integral. Aquando da sua descoberta, em 2005, encontrava-se amputada em cerca de metade da sua área por um estradão (**Figura 15**) contíguo a povoamento florestal constituído por monocultura de eucalipto.

Foi caracterizado como sendo um montículo bem definido, com cerca de 5m de diâmetro, evidenciado por concentração de lajes de xisto e pequenos blocos de quartzo leitoso. Não se detectou, na superfície, depressão correspondente a contentor funerário nem estruturas coerentes como anéis de delimitação. Identificou-se um troço de antiga via de carroças, evidenciada por depressão, em canal, no substrato rochoso e por sulcos de rodados, junto do montículo, no lado SE.

A estrutura encontrava-se, portanto, confinada entre o estradão actual e a antiga via de carroças hoje abandonada. Além disso, eram visíveis revolvimentos superficiais com deposições frescas de amontoados de terra resultantes da passagem de maquinaria pesada, talvez durante a abertura do caminho e/ou instalação do eucaliptal.

Apesar do aspecto algo caótico que a disposição dos clastos oferecia na superfície do terreno (**Figuras 16 e 17**), no final da primeira decapagem, tornou-se evidente a emergência de uma concentração regular de pequenos blocos de quartzo leitoso, definindo estrutura de geometria circular (**Figura 18**).

Tal estrutura apresentava-se (**Figura 19**) constituída por uma coroa de terra e pequenos blocos de quartzo leitoso, elevada em relação ao exterior e definindo desta forma o limite perceptível do monumento, envolvendo um núcleo composto quase exclusivamente por blocos de xisto. A transição do núcleo para a coroa exterior consistia numa sequência de lajes de xisto dispostas radialmente, configurando dessa forma uma segunda coroa, concêntrica com a primeira. As lajes desta coroa interna tinham uma ligeira inclinação para o interior do monumento.

O núcleo apresentava-se preenchido por lajes de xisto dispostas horizontalmente, por vezes sobrepostas, com orientações diversas. No início da intervenção, tentou-se identificar, sem sucesso, a presença de alinhamentos ou regularidades que pudessem indiciar o topo de estrutura de delimitação de uma câmara, cista, ou outro tipo de contentor funerário. Deste

modo, admitiu-se que o núcleo central de lajes de xisto, embora sobredimensionado, pudesse corresponder ao fecho ou cobertura de um contentor em fossa, por analogia com *tumuli* escavados na região de Viseu (por exemplo, Cruz, Gomes & Carvalho, 1998).

O razoável estado de conservação desta estrutura indicava que, a ser antiga, nunca fora atingida por lavras tradicionais, as quais, dada a sua posição superficial, teriam decerto causado danos mais generalizados. Tal facto comprovaria a ausência de uso agrícola, tanto num passado distante como em época mais recente. No entanto, a construção apresentava falhas no quadrante Sul, tendo desaparecido algumas lajes radiais e parte da sequência de quartzo leitoso da coroa exterior, o que podia dever-se ao arrasto provocado em data recente pela passagem de máquina florestal.

Identificou-se uma unidade estratigráfica constituída, de forma incoerente, por terra, pequenos blocos de quartzo leitoso e pequenas lajes de xisto. Poderia corresponder a restos de uma unidade de fecho ou de condenação da estrutura central, conferindo-lhe morfologia monticular. A sua irregularidade poderia também dever-se fundamentalmente a perturbações provocadas em data recente por máquina florestal.

Seguidamente, o desmonte do núcleo revelou empedrado composto exclusivamente por lajes de xisto, tal como fora visto no nível sobranceiro. Constatou-se, novamente, a ausência de estrutura vertical conecta com contentor funerário, ou indícios de estrutura negativa (fossa). As lajes e blocos de xisto que ocupavam este espaço faziam predominantemente em posição horizontal e apresentavam-se, em geral, bem arrumadas, isto é, encostadas entre si de modo a eliminarem espaços vazios. Mas também eram visíveis estalamentos e deslocamentos verticais de alguns elementos devido à pressão exercida pelo crescimento das múltiplas *torgas* (raízes de urze) que se instalaram naquele espaço e que atravessavam a estrutura de alto a baixo.

A seguir desmontou-se este segundo nível de empedrado e escavou-se o núcleo até ao substrato rochoso. Depois fez-se o desmonte da coroa exterior constituída por terra e quartzo leitoso e, finalmente, removeram-se as lajes de xisto do anel interno.

Com a remoção do segundo nível do empedrado interno verificou-se que este assentava quase directamente sobre o substrato rochoso em grande parte do espaço. Mas também se apoiava sobre um enchimento de terra e pequenos blocos de xisto, que preenchia, como forma de regularização, depressões, irregulares, existentes na superfície do substrato rochoso.

Como resultado da escavação do núcleo não se obtiveram dados que permitissem uma aproximação à identificação da sua funcionalidade. De facto, estavam ausentes artefactos de carácter ritual, cerâmicos, líticos ou mesmo metálicos. Também não se encontraram indícios da ocorrência de combustões elevadas, acima ou abaixo do empedrado, que poderiam ser evidenciadas por termoclastos, pela presença de terra rubefacta ou por concentrações anómalas de carvões.

A etapa seguinte consistiu na escavação da coroa exterior, constituída por terra e quartzo leitoso, a qual mostrou características homogéneas em todo o perímetro. Tratava-se de um aterro, isto é, um depósito sobrelevado em relação ao exterior e ao interior do monumento, o qual se apresentava capeado por dois níveis de blocos de quartzo leitoso, muito bem calibrados. Este aterro parecia, afinal, servir de suporte ao arco interno de lajes de xisto. Na quadrícula B4, na base do aterro, encontrou-se um fragmento de taça, de fabrico manual, com paredes alisadas, atribuível ao Calcolítico ou à Idade do Bronze.

A última fase dos trabalhos consistiu na remoção do anel interno de lajes de xisto (**Figura 20**) e na escavação do volume subjacente, até ao substrato rochoso. Esta remoção foi orientada, em primeiro lugar, para a colheita de ecodados. De facto, os sedimentos compactados sob estas lajes, pareciam configurar, no conjunto do monumento, a situação mais fiável para a obtenção de amostras com pólen e carvões, face à incidência de perturbações biogénicas (incarbonizações de raízes arbustivas posteriores à construção/utilização do monumento) ou antropogénicas. As recolhas, executadas pela equipa de campo, foram entregues para análise aos Doutores José Mateus e Paula Queiroz do Laboratório de Paleobotânica do CIPA (Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências).

Fez-se uma caracterização petrográfica e granulométrica da estrutura arqueológica com contagem e medição de todos os clastos que a integravam. Tal iniciativa permitiu reconhecer regularidades na distribuição espacial de litologias e de calibres. Verificou-se, em especial, que o quartzo leitoso assume a sua maior expressão no anel exterior, tendo maioritariamente uma granulometria igual ou inferior 5cm de aresta (refira-se que os clastos desta natureza têm forma tendencialmente cúbica). Este facto pode revelar a intenção dos construtores em seleccionar a dimensão daqueles elementos líticos. Contudo não existem sinais de fractura intencional, até mesmo porque a elevada fracturação dos filões permite a obtenção de clastos com granulometria idêntica à existente.

A singularidade desta estrutura, para a qual ainda não encontramos paralelos formais, é um desafio aliciante na procura de respostas acerca da sua função e cronologia. Neste, como em muitos outros casos, será talvez mais viável uma aproximação à sua antiguidade do que a sua finalidade. De facto, o receptáculo central é amplo, comparativamente à dimensão geral da estrutura, e distingue-se dos diversos tipos de contentores presentes em pequenas arquitecturas monticulares, sejam elas cistas, fossas ou espaços vazios no interior de *cairns* (Cruz, Gomes & Carvalho, 1998; Cruz & Vilaça, 1999). A estrutura sugere uma utilização como receptáculo aberto ao ar. O seu uso como base para uma pira crematória ou como recipiente para descarnação de cadáveres (Schutter, 2005), são sugestões alicientes que, infelizmente, não poderemos demonstrar por manifesta ausência de indícios.

A discussão deste caso ficará para próximo trabalho, quando estiverem disponíveis os resultados das análises palinológicas e antracológicas e das datações por C¹⁴.

Os trabalhos efectuados em Selada do Cavalo incidiram em dois montículos com característica distintas, entre os quais se identificou um caminho de rodas fossilizado. Falta determinar as relações de precedência entre um dos montículos e tal caminho. Em Feiteiras existem três montículos, tendo sido iniciados os trabalhos de decapagem superficial num deles, o maior, um *cairn* com cerca de 9m de diâmetro, que forneceu até ao momento um micrólito em sílex e escassos fragmentos cerâmicos.

Considerações gerais

1. O concelho de Oleiros corresponde a área remota e montanhosa da região de Castelo Branco sendo, ainda hoje, o município daquele distrito com pior rede de acessibilidades externas. Além disso, no século XX e até à vaga de incêndios que se acentuou no presente milénio, era um território florestal extensivo, integrado na maior mancha contínua de pinhal a nível europeu, o que, aliado à topografia, não favorecia o trânsito no seu território.

O desconhecimento, até data recente, do potencial arqueológico daquela área, à parte os estudos de Carlos Batata (Batata, 2006), poderá dever-se a uma menor apetência para o

curso da investigação, resultante do isolamento acima referido e ao carácter florestal do território. Neste contexto, o surgimento do projecto eólico do Grupo GENERG SA foi determinante para a revelação de novos vestígios da presença humana durante a Pré-História Recente.

Apesar da quantidade significativa de dados já disponíveis, ao nível das estruturas monticulares e das grafias rupestres, o quadro de referência é ainda muito incompleto atendendo à insuficiente prospecção daquele território, no qual ainda se desconhecem locais de *habitat* em correlação com as ocorrências referidas. Recorde-se que os trabalhos incidiram prioritariamente em zonas elevadas. Por outro lado, é de prever que a prospecção da rede hidrográfica, nomeadamente na ribeira da Sertã, reserve surpresas de interesse arqueológico.

À excepção das margens da ribeira da Sertã, as terras mais elevadas do território de Oleiros terão sofrido uma fraca antropização nos últimos séculos, como se pode constatar na cartografia relativa à distribuição das terras cultivadas e das terras incultas no séc. XIX (Silbert, 1978). Quer isto dizer que a probabilidade de encontrar vestígios mais antigos e menos resistentes a uma actividade agrícola persistente, será maior nestas serras em comparação, por exemplo, com as terras baixas do distrito de Castelo Branco como é caso da Campina da Beira (concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova).

De facto, como já foi referido (Henriques & Caninas, 2004), o concelho de Castelo Branco, o maior do distrito e com maior extensão de terrenos agrícolas no século XIX (Silbert, 1978), foi aquele onde Tavares Proença recolheu maior número de *machados de pedra*, mas onde identificou, igualmente, um baixo número de *dólmens*, muito inferior, por exemplo, ao do concelho de Vila Velha de Ródão. Tal número de instrumentos (de pedra polida), elevado em termos relativos, pode indiciar que os achados de superfície resultaram da destruição de *habitats* e de sepulturas pela actividade agrícola, desde pelo menos a época romana, o que pode também ali explicar, em parte, a ausência de reconhecimento de pequenas arquitecturas funerárias (*tumuli*), talvez destruídas durante aquele espectro temporal, ao invés do que sucedeu em Oleiros.

Porém, a actividade florestal mais recente (Século XX) já provocou danos profundos, definitivos e irreversíveis em muitas partes deste território. Os povoamentos florestais, com recurso a armação do terreno em socalco ou vala-cômore e as infraestruturas associadas, como estradões a aceiros, podem ter eliminado montículos e rochas gravadas em diversas cumeadas, nomeadamente na Serra do Cabeço Rainho.

Felizmente, na Serra Vermelha, tal actividade tem, ainda, expressão limitada o que, a par da nula aptidão agrícola daquelas terras (segundo informantes locais), permitiu que se conservassem os vestígios apresentados. Nestas altitudes, a par do pastoreio, há memória do fabrico de carvão artesanal, a partir das raízes de urze (torgas). Procurou-se verificar se haveria alguma analogia entre as estruturas de produção de carvão, as chamadas carvoeiras, e os *ossos* montículos. Constatou-se serem diferentes. Mas, com base em informação oral obtida na Serra do Carujo, documentou-se prática de remoção de quartzo leitoso (localmente chamado seixo), de montículos, para uso na construção civil, acção que pode ter tornado irreconhecíveis outros monumentos.

Até ao momento não se encontrou explicação, junto das populações locais, para a finalidade dos montículos, deles não havendo registo na tradição oral e lendária, o que pode indicar que desapareceram definitivamente da memória social.

2. Ao nível de sítio, e não já da região, são também escassos os dados disponíveis, que nos permitam definir, com alguma segurança, uma atribuição funcional e um balizamento

cronológico das estruturas monticulares identificadas. Teremos de aguardar os resultados dos trabalhos iniciados em Selada do Cavalo e em Feiteiras e os já concluídos em Vale de Mós 1, incluindo a análise dos dados paleoambientais e arqueométricos.

No entanto, a partir de uma análise morfoestrutural externa e da sua comparação com monumentos de regiões circunvizinhas, considera-se seguro atribuir boa parte daquelas estruturas a rituais funerários pré-históricos, caracterizados noutras regiões, no contexto do vulgarizado conceito de Megalitismo, e de posteriores tradições funerárias, não-megalíticas, dentro de longa diacronia entre o Neolítico Médio e o Bronze Final.

Outro aspecto a salientar respeita à diversidade estrutural e volumétrica das construções monticulares já identificadas, erigidas com recurso a materiais de origem local (clastos de xisto-grauvaque e quartzo leitoso) e à sua consociação por proximidade, em conjuntos de dois ou três monumentos.

No entanto, não se deve ignorar a possibilidade de algumas, senão a maioria, daquelas estruturas corresponderem a funcionalidades diferentes das indicadas e pertencerem a épocas mais recentes, tendo em conta os resultados da escavação de morfologias similares noutras zonas da Península Ibérica (Moraza, Moro & Mujika, 2003; Moraza & Mujika, 2005). A forma monticular, sub-circular, das estruturas apresentadas pode induzir erros de avaliação, por comparação estritamente formal.

Quanto às grafias rupestres tal grau de indeterminação é seguramente inferior. De facto, não parece arriscado atribuir acentuada antiguidade à generalidade das representações identificadas (círculos, lofóglifos, covinhas, fusiformes e podomorfos), ainda que de forma diferenciada.

A sua dispersão poderá indicar estatuto de marcador territorial, na linha da tese defendida por Primitiva Bueno para região situada na bacia hidrográfica do Tejo (Bueno *et al.*, 2006) e de outros investigadores peninsulares (por exemplo, Bradley, Criado & Fábregas, 1994).

Porém, conjuntos mais densos e complexos como são os casos da Fechadura e da Lajeira, na Serra de Alvêlos, e o das Sesmarias, na Serra Vermelha, devem ser entendidos no quadro de uma ritualização e de uma carga simbólica autónoma, recorrência que no primeiro caso parece ter tido efeitos persistentes até épocas históricas mais recentes, embora com outras motivações. Referimo-nos à presença de inscrição latina, de pentagramas e de suástica na rocha da Fechadura (Batata, 1998).

De qualquer forma, deve referir-se que os três conjuntos não são idênticos. De facto, as temáticas e as técnicas utilizadas diferenciam-nos, de forma muito expressiva, até quanto à sua cronologia, embora não se conheça a totalidade dos levantamentos da Lajeira e da Fechadura.

Os motivos presentes na Lajeira – espirais, meandros, ondulados, pontos e antropomorfos, picotados (Batata, 1998) - aproximam este sítio da arte do Tejo, conferindo-lhe, talvez, maior antiguidade que nos outros casos. As figuras incisas, filiformes e fusiformes, mas também picotadas, presentes na Fechadura – escutiforme, pentagramas, alfabetiformes, pontas de seta, polígonos, suástica, pontos (Batata, 2006) - tiveram decerto uma eclosão mais tardia e uma perduração posterior. As rochas de Sesmarias, gravadas maioritariamente com podomorfos, oferecem maior homogeneidade temática e poderão corresponder a um momento final da Pré-História Recente ou já da Proto-História, se aceitarmos as teses vigentes quanto à sua posição cronológica no Bronze Final ou Ferro Inicial, a qual tem vindo a ser generalizada com base em diversas evidências como sejam a

associação a sepulturas ou a sobreposição a gravuras representando armas (Sevillano, 1991) ou zoomorfos (Gomes, 2000).

A temática dos círculos, gravados a picotado, deverá inserir-se no universo da arte do vale do Tejo, perspectiva que é reforçada pelo conjunto vizinho da Lajeira, gravitando no espaço exterior do complexo tagano.

Os podomorfos, ou pés calçados, parece estarem na continuidade das descobertas que se têm multiplicado nos últimos anos, a Norte, nas serras do Maciço Central (informação pessoal de António Martinho Baptista). O conjunto de Sesmarias merece, contudo, estudo aprofundado, atentas as sobreposições e a complexidade das associações que contém. Refira-se a presença de antropomorfo e de outras figurações como hipotéticos idoliformes.

Quanto às monótonas covinhas regista-se a sua ocorrência antiga, desde pelo menos o Neolítico Final (Gomes, Gomes & Santos, 1983; González & Barroso, 2003), estando também representadas em monumentos megalíticos e sepulturas da Idade do Bronze (Gomes, 2002) mas atingindo época moderna. No distrito de Castelo Branco este tema tem uma representação muito significativa, ocorrendo no planalto, em geral em rochas ao ar livre, por vezes em associação com monumentos megalíticos, ou próximo de templos modernos, quase sempre fora dos principais cursos de água (Henriques, Caninas & Chambino, 1995b), e está intimamente representada na Arte do Tejo (Monteiro & Gomes, 1977).

Os temas documentados – círculos, covinhas, lofóglifos e podomorfos – têm, de momento, uma ocorrência monoespecífica, embora surjam associados/sobrepostos em muitos outros locais do ocidente peninsular (Gomes, 2002).

É notável a analogia entre a topografia, o isolamento e a temática gráfica rupestre reconhecíveis nesta região e em Las Hurdes (ver por exemplo Sevillano, 1991), ambas, regiões montanhosas, de xistos, igualmente situadas na periferia da bacia hidrográfica do Tejo.

3. O processo explicativo acerca do ordenamento espacio-temporal destes vestígios, numa perspectiva regional, está no seu início, e depende da continuação das prospecções e da investigação dos sítios, para conhecimento efectivo de estruturas, rituais, artefactos, ecodados e datações, ou seja, os pilares desse conhecimento.

O preenchimento do vazio arqueológico na região de Oleiros, com a adição recente de algumas dezenas de novos pontos, representando estruturas monticulares e grafias rupestres, significa que a anterior ausência se deveu a *deficit* de pesquisa e não a uma ausência de povoamento, a um ermamento antigo de terras altas, supostamente inóspitas. Este aspecto tem sido vivamente salientado por Primitiva Bueno, Rodrigo de Balbín e outros investigadores no interior da Meseta (por exemplo, Bueno & Balbín, 2003; Cerillo & González, 2006), evidenciando a antiguidade dessa ocupação ao nível do *habitat*, do megalitismo e das grafias rupestres.

É também de acordo com esta perspectiva que tendemos a discordar de Jorge de Alarcão (Alarcão, 2001) quando admite a ausência de um fundo populacional do Bronze Antigo e Médio aquando da chegada dos povos lusitanos à Beira Interior (*“a área onde os Lusitani se instalaram estaria quase deserta. Não podemos, porém deixar de recordar que, sendo quase inexistentes os vestígios do Bronze Inicial ou Médio na Beira interior, há gravuras na arte rupestre do Tejo atribuíveis a essa época”*, Alarcão, 2001:325; *“...não vemos no território que atribuímos aos Lusitani, um fundo populacional do Bronze Inicial ou Médio do*

qual se possam ter formado, por evolução interna, os Lusitani”, Alarcão, 2001:343), embora não descarte que essa ausência possa derivar de um não-conhecimento.

O momento em que tal povoamento se deu terá sido anterior ao Bronze Final, ao contrário do que defende Carlos Batata para a região compreendida entre o Tejo o Zêzere e o Ocreza, quando afirma que: “*parece ter sido durante o Bronze Final que se dá a conquista deste território com a instalação de vários povoados, quase sempre fortificados*” (Batata, 2006:91). E lembremos a ocorrência, mais remota, de grafias rupestres do Paleolítico Superior nos rios Zêzere (Baptista, 2004) e Ocreza (Baptista, 2001), bem perto daqui, embora ainda com carácter episódico, e desse modo, não podendo significar uma ocupação efectiva do território.

Os vestígios agora identificados sugerem uma ocupação espacialmente expressiva e estável do território de Oleiros durante a Pré-História Recente, embora se desconheçam os locais de *habitat*. Por outro lado, a noção que tínhamos do megalitismo regional, ocupando as terras baixas do distrito de Castelo Branco, concentrado na adjacência do rio Tejo - ou seja nos compartimentos meridionais dos concelhos de Idanha-a-Nova (Rosmaninhal) e de Castelo Branco e também em Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova, onde se contabilizaram várias centenas de dólmenes (Henriques, Caninas & Chambino, 1993, 1995a; 2007; Henriques, Caninas & Cardoso, 1999; Cardoso, Caninas & Henriques, 2003) e na margem esquerda do Tejo (Bueno *et al.*, 2004; Oliveira, 1998, 2000; Oliveira & Oliveira, 2000), envolvendo o complexo de arte rupestre presente naquele rio (Caninas & Henriques, 1987) - foi expandida com o aparecimento de *tumuli* no outro extremo orográfico da região, as serras de Oleiros.

4. Um primeiro olhar sobre a distribuição territorial dos sítios sugere estarem ancorados, fundamentalmente, na bacia hidrográfica da ribeira da Sertã, no seu curso superior e cabeceiras, desde os pontos mais elevados (caso de Vale de Mós, Selada do Cavalo e Feiteiras) nas cumeadas das serras (Vermelha, Alvêlos e outras), passando pelas lombas descendentes (caso da Selada da Póvoa), até posições sobranceiras àquela ribeira (caso do Cabeço do Seixo). Tal como verificado noutras áreas do vale do Tejo (Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova), estes monumentos ocupam toda a gama de altitudes, desde os topos mais elevados até às margens das linhas de água em planície aluvial (Henriques, Caninas & Chambino, 2007).

Tal impressão, se for reforçada com novos achados, poderá indicar que os locais de assentamento das comunidades pré-históricas, agro-pastoris e recolectoras, teriam lugar em torno das margens da ribeira da Sertã, de forma convergente com a estratégia de povoamento adoptada por comunidades históricas. E desse modo não estranharíamos encontrar indícios de povoado pré-histórico sob a actual vila de Oleiros.

No entanto, as condições de conservação dos *habitats*, a terem existido a menores altitudes, podem ter sido desfavoráveis, devido à conjugação negativa dos dois seguintes factores: a) uma posição topográfica mais sujeita a acções antrópicas acentuadas (urbanização e agricultura) e processos erosivos correlativos; b) uma menor durabilidade das estruturas de *habitat*. O que se sabe, por exemplo, na região de Ródão permite-nos afirmar que apenas se conhecem vestígios de *habitat* da Pré-história Recente sobre formações detríticas terciárias e quaternárias (Henriques, Caninas & Chambino, 2007), substrato geológico que está ausente na área de Oleiros.

Um aspecto repetidamente constatado é a convergência e até contiguidade entre montículos e antigos caminhos de carroças, estes últimos evidenciados por sulcos abertos no substrato geológico (xisto) devido ao sucessivo desgaste provocado pela passagem de rodas. Tal

convergência espacial não implica necessariamente uma relação de causalidade entre os dois fenómenos. De facto, a topografia desta área obriga a uma proximidade entre diferentes tipos de construções que procurem locais estáveis, mais planos, face à estreiteza das cumeadas. É sobre elas que os caminhos de carroças se implantaram com maior facilidade, sendo nessas faixas estreitas do topo das serras que as estruturas monticulares encontram maior resistência aos factores erosivos por gravidade. Quer isto dizer que não parece facilmente demonstrável que os montículos ali tenham sido construídos por existirem caminhos antes deles. O que não significa que esta não seja uma hipótese de trabalho muito interessante. As escavações em curso na Selada do Cavalo vão, decerto, trazer alguma luz sobre esta matéria.

A cronologia dos caminhos de carroças a que nos referimos não é fácil de estabelecer embora muitas destas vias tenham sido utilizadas até ao século XX. A multiplicidade de duplicações paralelas, a largura dos sulcos ou a profundidade do canais de afundamento, quando a opção seria “não desviar o traçado”, são aspectos a ter em consideração na aproximação à questão cronológica.

E embora a bibliografia seja escassa sobre esta matéria (VV AA, 2006), podemos encontrar no estudo (Broncano & Alfaro, 1990) sobre o acesso rodoviário ao povoado ibérico de Castellar de Meca (Valencia), um exemplo da antiguidade (desde talvez o séc. VIII a.C.) de um caminho de carroças, exclusivamente pré-romano, cuja relevância os autores registam do seguinte modo:

“La importancia de los resultados obtenidos a través de la interpretación de los hallazgos realizados en la excavación de los caminos de la ciudad de Meca se basa en la constatación de que éstos únicamente fueron utilizados en época prerromana, no volviendo a ser empleados para el tráfico rodado tras su destrucción. Sólo este dato es de máxima importancia en la investigación de la cultura ibérica, ya que nos encontramos ante presencia de una obra realmente fósil que, tras su utilización, no sufrió alteración alguna por el tráfico de épocas o culturas cronológicamente posteriores a la ibérica. Esto supone un modelo genuino, exclusivo y único de vía prerromana al que necesariamente se habrá de remitir el investigador para establecer paralelos o relaciones morfológicas de otras obras similares en orden a su identificación e adscripción cultural” (Broncano & Alfaro, 1990:212).

A hipótese acima avançada poderia revestir outra acepção, que seria, admitir que as cumeadas onde encontramos as vias de carroças, hoje já fora de uso, seriam o suporte de rotas de trânsito regional e local, antes ainda do uso da roda. A defesa da antiguidade dos caminhos de carroças na região em apreço, remontando à época romana, em articulação com locais de exploração mineira, foi um dos aspectos mais insistentemente defendidos na recente tese de Carlos Batata (Batata, 2006), um elogiável ensaio face ao vazio de investigação que ainda existe sobre aquelas formas “menores” da viária antiga.

Por outro lado, a existir uma correlação directa entre a posição dos montículos e zonas de trânsito, a questão da visibilidade que geralmente é associada ao uso de quartzo leitoso naquelas estruturas teria de ser reavaliada. De facto a possibilidade de ver os montículos estaria dependente da cobertura vegetal e da necessidade de se efectuarem, regularmente, queimadas ou cortes rasos na vegetação arbustiva espontânea, como medida de manutenção.

Na linha do que se afirmou, importa realçar alguns aspectos distintivos da topografia desta região, ou seja, das longuíssimas cumeadas que enformam o chamado Maciço Antigo, a Sul do rio Zêzere. Em primeiro lugar reconhece-se a presença de uma extensa dorsal, com cerca de 60 km de comprimento, entre a zona da Cova da Beira, no Fundão, e a área de

Vila Rei na aproximação à confluência entre os rios Tejo e Zêzere. Andando de Norte para Sul, tal crista é constituída por uma única cumeada (designada genericamente como Serra da Gardunha), até à intersecção, antagónica, com a Serra do Moradal (quartzitos). A partir daquela interrupção desdobra-se em três alinhamentos paralelos, a Serra Vermelha, a Norte, a Serra de Alvêlos, mais elevada, em posição central, e a Serra das Corgas, a Sul. Um segundo aspecto refere-se ao alinhamento geral NE-SO desta sequência de relevos xisto-grauvácicos. Em terceiro lugar, a linha de cumeada que define o andamento mencionado não tem variações de altitude abruptas, ou seja, as suas ondulações não inviabilizam a progressão, e proporcionam fluidez no trânsito por comparação com circuitos alternativos em encosta ou vale.

Tal sistema montanhoso (corredor Gardunha-Alvêlos) poderia efectivamente funcionar como uma rota ou corredor terrestre entre o médio Tejo, na zona de confluência do Zêzere e a grande depressão da Cova da Beira, a qual, por sua vez, se liga ao Norte da Beira Interior (região da Guarda) através de corredor natural situada entre as serras da Estrela e da Malcata (Vilaça *et al.*, 1998). Sem prejuízo da existência de um corredor principal, de orientação Norte-Sul (ilustrado em tempos modernos pela rota da transumância), pelo planalto de Castelo Branco, aquela rota proporcionaria alternativa de comunicação com idêntica orientação geral, desde que apoiada em comunidades serranas locais.

A importância do corredor fluvial baseado no Tejo tem vindo a ser evidenciado no contexto da progressão cultural durante as Idades do Bronze e do Ferro e até como eixo de penetração de influências orientalizantes, orientado do litoral para o interior (Vilaça & Arruda, 2004). Mas sem contestar a particular importância desta via fluvial, julgamos dever reconhecer as múltiplas geometrias e o maior grau de liberdade que a comunicação por terra proporcionaria naquelas como noutras épocas.

Por outro lado, o Corredor Gardunha-Alvêlos, devido à topografia dos relevos em que se apoia, proporciona inúmeras entradas e saídas, perpendiculares, em direcção aos vales e rios, que o moldam, devido ao sistema de lombas radiantes também elas com declínio progressivo facilitando, desse modo, o encaixe de vias de derivação, junto das quais continuam a ocorrer montículos.

E pelo contraste dos resultados, vem a propósito referir a ausência de caminhos antigos de carroças e de estruturas monticulares sobre as cumeadas das principais cristas quartzíticas da região (Serra da Talhadas e Serra do Moradal), embora ofereçam altitudes médias inferiores à do Corredor Gardunha-Alvêlos. O que pode significar que, sendo a associação entre montículos e vias de carroças (ou os percursos caminhos pedestres) um dado relevante, a ausência daqueles vestígios possa significar a irrelevância das serras quartzíticas para o tráfego regional. De facto, em abono desta hipótese, refiram-se os três seguintes aspectos: 1) as cristas quartzíticas têm comprimentos muito inferiores ao do corredor Gardunha-Alvêlos; 2) o seu perfil apresenta quebras abruptas e profundas inviabilizando uma rota contínua (algumas dessas quebras são notáveis a outros níveis, como é caso das Portas de Ródão); 3) têm orientação NO-SE.

No entanto tem vindo a confirmar-se de forma quase sistemática a ocupação de pontos elevados destas serras quartzíticas no final da Pré-História Recente (Vilaça, 1995) e talvez na Proto-História, evidenciada pela presença de recintos muralhados. São os casos dos sítios do Picoto (Serra do Moradal), da Serra de São Miguel (trecho meridional da Serra das Talhadas), da Serra da Monforte, do Cabeço de São Martinho, além de recintos inéditos identificadas, pela AEAT, em diversos sectores da Serra das Talhadas.

A relevância inter-regional do corredor Gardunha-Alvêlos poderá ajudar a explicar a emergência de estruturas monticulares de pequena dimensão, como são a maior parte das identificadas em Oleiros. Se forem tardias, estas estruturas, não-megalíticas, poderão estar em relação de afinidade cultural - inseridas numa mesma tradição funerária - com as inúmeras necrópoles de *tumuli* que têm vindo a ser investigadas nas regiões de Viseu (Cruz, 1995; Cruz *et al.*, 1998; Cruz & Vilaça, 1999) e Aveiro (Silva, 1997). A descoberta recente de conjunto significativo de *tumuli* no Norte do concelho de Abrantes, no extremo meridional daquele corredor, converge com esta perspectiva (Batista & Gaspar, 2007).

Acresce referir a identificação de *tumuli* noutras paragens do Maciço Central, nomeadamente, a Norte do Zêzere, na Serra da Lousã (concelho de Góis, Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos), e na parte ocidental da Serra da Malcata (sítio das Casinhas na fronteira entre os concelhos de Penamacor e Sabugal), facto ilustrativo do muito trabalho que falta fazer, para preencher os vazios de conhecimento acerca da ocupação antiga desta região.

Os sítios arqueológicos que tivemos ensejo de apresentar nesta notícia, podem traduzir, como foi afirmado, uma ocupação sustentada deste território montanhoso, baseada na exploração de recursos bióticos locais, integrada em rede de trocas e de tradições culturais de escala transregional, com um ordenamento territorial que interessa reflectir nos modelos propostos por colegas espanhóis (Bueno, Balbín & Barroso, 2004) e portugueses (Oliveira, 1998).

Porém os seus caracteres ao nível da cultura material estão ainda por determinar. Guardemos os resultados das escavações arqueológicas em curso.

Notas

¹ O texto desta comunicação foi actualizado após a sua apresentação nas 1ª Jornadas do Património de Belmonte e corresponde, em grande parte, à comunicação efectuada na 1ª Reunión de Estudios sobre la Prehistoria Reciente en el Tajo internacional, a publicar em língua inglesa.

² Arqueólogo, coordenador, membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

³ Arqueólogo, técnico da Direcção Regional de Lisboa do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), participação a título pessoal, falecido.

⁴ Arqueólogo, antropólogo, membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

⁵ Arqueólogo, técnico da Direcção Regional de Castelo Branco do IPPAR, participação a título pessoal.

⁶ Técnico de Arqueologia, da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, participação a título pessoal e por cedência da Direcção Regional.

⁷ Assistente de arqueólogo, funcionário da Câmara Municipal de Abrantes, participação a título pessoal.

⁸ Bacharel em História pela Universidade Aberta, membro da Associação de Estudo do Alto Tejo.

⁹ Arqueólogo, técnico do Museu Municipal de Almada, participação a título pessoal e por cedência da Câmara Municipal de Almada.

¹⁰ Arqueólogo, colaborador de EMERITA Lda.

¹¹ Arqueólogo, Mestre em Arqueologia, sócio-gerente de Zephyros Lda.

¹² Arqueólogo, colaborador de EMERITA Lda.

¹³ Engenheiro geólogo.

¹⁴ Estes estudos (Caninas et al., 2003a, 2003b, 2003c) foram executados por Emerita - Empresa Portuguesa de Arqueologia Lda, a convite das empresas ProSistemas - Consultores de Engenharia SA, Profico Ambiente Lda e Inovação e Projectos em Ambiente Lda. Posteriormente (2005), foram elaborados Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução dos parques eólicos e, a convite do Grupo GENERG SA, participou-se no acompanhamento arqueológico das respectivas obras.

¹⁵ Desde os primeiros estudos até esta data é oportuno salientar o excelente relacionamento estabelecido com vários intervenientes no processo, nomeadamente a Eng^a Ana Lopes, o Eng^o Vítor Oliveira e o Eng^a Helder Serrenho, de GENERG SA, as Eng^a Ligia Mendes, Marta Costa e Maria João Pedreira, de ProSistemas SA, a Eng^a Ana Chinita, de Profico Ambiente Lda, o Eng^o Manuel Pinheiro e o Dr. Manuel Duarte de Inovação e Projectos em Ambiente Lda e o Dr. Nuno Matos, o Dr. Nuno Nóbrega e a Eng^a Maria João Sousa, de Procesl Lda.

¹⁶ O Colóquio *Espaços na Pré-História do Centro e Norte Peninsular* foi organizado pelo Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, em 2005, em Viseu, e a *1ª Reunión de Estudios sobre la Prehistoria Reciente en el Tajo Internacional* teve lugar de 1 a 3 de Março de 2007, em Santiago de Alcántara (Cáceres), organizada pela Prof^a Doutora Primitiva Bueno, da Universidade de Alcalá de Henares, e pelo Ayuntamiento de Santiago de Alcántara.

¹⁷ Além dos signatários, participaram nestes trabalhos os arqueólogos Carlos Batata (prospecção), Alexandre Correia e Idalina Medeiros (escavação), Carlos Chaves e Ana Rigueiro (acompanhamento de obra).

Fontes de informação

ALARCÃO, J. de (1988a) **Roman Portugal**, vol. 2, fasc. 1 (Porto, Bragança & Viseu), 87p, Warminster.

ALARCÃO, J. de (1988b) **O Domínio Romano em Portugal**, Publicações Europa-América, Lisboa.

ALARCÃO, J. de (2001) **Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)**, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), Instituto Português de Arqueologia, p. 293-349, Lisboa.

BAPTISTA, António Martinho (2001) **Ocreza (Envendos, Mação, Portugal Central): um novo sítio com Arte Paleolítica de Ar Livre**, *Arkeos – Perspectivas em Diálogo*, 11, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, p. 163-192, Tomar.

BAPTISTA, António Martinho (2004) **Arte Paleolítica de Ar livre no Rio Zêzere (Barroca, Fundão)**, EBVROBRIGA – Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, 1 (Primavera/Verão), p. 8-15, Fundão.

BATATA, C. & F. GASPAS (2000) **Arte rupestre da bacia hidrográfica do Rio Zêzere**, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV (Pré-História Recente da Península Ibérica), Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, Porto, p. 575-585.

BATATA, C. (1998) **Carta Arqueológica do Concelho de Sertã**, Câmara Municipal de Sertã, 96p.

BATATA, Carlos António Moutoso (2006) **Idade do Ferro e Romanização ente os rios Zêzere, Tejo e Ocreza**, *Trabalhos de Arqueologia*, 46, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

BATISTA, Álvaro & Filomena GASPAS (2007) **Dados arqueológicos inéditos a Norte do Concelho de Abrantes**, *Revista Zahara*, Abrantes, no prelo.

BRADLEY, R., CRIADO BOADO, F. & R. FÁBREGAS VALCARCE, R. (1994) **Los petroglifos como forma de apropiación del espacio: algunos exemplos gallegos**, *Trabajos de Prehistoria*, 51 (2), p. 159-168, Madrid.

BRONCANO RODRÍGUES, Santiago & Maria del Mar ALFARO ARREGUI (1990) **Los Caminos de Ruedas de la Ciudad Iberica de “El Castellar de Meca” (Ayora, Valencia)**, Excavaciones Arqueológicas em Espana, 162, Generalitat Valenciana.

BUENO RAMÍREZ, P., R. de BALBÍN BEHRMANN & R. BARROSO BERMEJO (2004) **Application d’une méthode d’analyse du territoire à partir de la situation des marqueurs graphiques à l’intérieur de la Péninsule Ibérique: le Tago international**, L’Anthropologie, 108, ELSEVIER, Paris.

BUENO, P. & R. BALBÍN (2003) **Una geografía cultural del arte megalítico ibérico: las supuestas áreas marginales**, Primer Symposium Internacional de Arte Prehistórico de Ribadesell. El Arte Prehistórico desde los inicios del siglo XXI, edición Rodrigo de Balbín & Primitiva Bueno Ramírez, p. 291-313.

BUENO, P., R. BALBÍN & J. ALCOLEA (2003) **Prehistoria del lenguaje em las sociedades cazadoras y productoras del sur de Europa**, Primer Symposium Internacional de Arte Prehistórico de Ribadesell. El Arte Prehistórico desde los inicios del siglo XXI, edición Rodrigo de Balbín & Primitiva Bueno Ramírez, p. 13-22.

BUENO, P., R. BARROSO, R. de BALBÍN & F. CARRERA (2006) **Megalitos y Marcadores Gráficos en el Tago Internacional: Santiago de Alcántara (Cáceres)**, edição do Ayuntamiento de Santiago de Alcántara.

CANCELA D’ABREU, Alexandre, Teresa Pinto CORREIA & Rosário OLIVEIRA (2004) **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental**, 5 vols, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Universidade de Évora.

CANINAS, J. C. & F. HENRIQUES (1987) **Testemunhos do Neolítico e Calcolítico no Concelho de Nisa**, Actas das I Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (Castelo de Vide, 1985), pp. 69-82, Coimbra.

CANINAS, João Carlos, Francisco HENRIQUES & Jorge GOUVEIA (2003) **Contributos para uma Caracterização do Impacte dos Fogos Florestais de 2003 sobre o Património Arqueológico e o Património Construído no Distrito de Castelo Branco**, Memorando enviado ao Instituto Português de Arqueologia, Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão.

CANINAS, João Carlos, Francisco HENRIQUES, Carlos BATATA & Álvaro BATISTA (2004) **Novos Dados sobre a Pré-História Recente da Beira Interior Sul. Megalitismo e Arte Rupestre no Concelho de Oleiros**, separata da revista Estudos de Castelo Branco, Nova Série, 3, 30p. Castelo Branco.

CANINAS, J., F. HENRIQUES, C. BATATA, A. BATISTA, A. SABROSA, A. CANHA, F. ROBLES HENRIQUES, M. CHAMBINO & M. MONTEIRO (2005) **Serra de Alvêlos. Sepulturas sob montículo artificial e gravuras rupestres**, Catálogo da Exposição *25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior*, Associação de Desenvolvimento Estudo e Defesa do Património da Beira Interior (ARA) e Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso.

CARDOSO, J. L., J. C. CANINAS & F. HENRIQUES (2003) **Investigações recentes do megalitismo funerário na região do Tejo Internacional (Idanha-a-Nova)**, O Arqueólogo Português, Revista do Museu Nacional de Arqueologia, nova série, nº 21, p. 151-207, Lisboa.

CERRILO CUENCA, Enrique & Antonio GONZÁLEZ CORDERO (2006) **El Neolítico Antiguo en la cuenca media Tago: estado actual de los conocimientos**, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monográfica, 4 (Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica), Universidade do Algarve, Faro.

CRUZ, D. & R. VILAÇA (1999) - **O Grupo de *Tumuli* da Senhora da Ouvida (Monteiras / Moura Morta, Castro Daire Viseu). Resultados dos Trabalhos Arqueológicos**, Estudos Pré-Históricos, 7, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, Viseu, p. 129-161.

CRUZ, D. (1995) - **Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Noroeste Peninsular e da Beira Alta Senhora**, Estudos Pré-Históricos, 3, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, Viseu, p. 81-119.

CRUZ, D., L. F. GOMES & P. S. CARVALHO (1998) - **O Grupo de *Tumuli* da Casinha Derribada (Concelho de Viseu). Resultados Preliminares da Escavação Arqueológica dos Monumentos 3, 4 e 5**, Conimbriga, 37, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

**Novos Dados para o Conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central
na Beira Interior Sul. *Tumuli* e gravuras rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvêlos
(Oleiros - Castelo Branco)**

19

DIOGO, A. M. Dias & J. L. NETO (2000) **Estudo de Achados Romanos no Vale do Souto, Concelho de Oleiros**, edição da Câmara Municipal de Oleiros, 25p.

GOMES, M. V. & J. P. MONTEIRO (1977) **As rochas decoradas da Alagoa (Tondela – Viseu)**, *O Arqueólogo Português*, 7-9, série 3ª, Direcção-Geral do Património Cultural, p. 145-164, Lisboa.

GOMES, M. V. (2002) **Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século**, *Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*, *Arqueologia e História*, 54, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 139-194, Lisboa.

GOMES, Mário Varela (2004) **Touro, de bronze, da Serra de Oleiros (Beira Baixa)**, catálogo da Exposição “Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior, Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Jr, p. 86-89, Castelo Branco.

GOMES, Rosa Varela, Mário Varela GOMES e Manuel Farinha dos SANTOS (1983) **O Santuário Exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora)**, *Zephyrus*, vol. XXXVI, p. 287-307, Salamanca.

GONZÁLEZ CORDERO, Antonio & Rosa BARROSO BERMEJO (2003) **El papel de las cazoletas y los cruciformes en la delimitación del espacio. Grabados y materiales del yacimiento de San Cristóbal (Valdemorales – Zarza de Montánchez, Cáceres)**, *Norba Revista de Historia*, 16 (1996-2003), Universidad de Extremadura.

GONZÁLEZ CORDERO, Antonio (1999) **Datos para la contextualización del Arte Rupestre Esquemático en la Alta Extremadura**, *Zephyrus – Revista de Prehistoria y Arqueología*, vol. 52, Ediciones Universidad, Salamanca, p. 191-220.

HENRIQUES, F., J. C. CANINAS & J. L. CARDOSO (1999) **Arqueologia no Alto Tejo. Balanço de 30 anos de investigação**, *História*, nova série, 18, p. 68-74, Lisboa.

HENRIQUES, F., J. C. CANINAS & M. CHAMBINO (1995b) **Rochas com covinhas na Região do Alto Tejo Português**, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 191-202, Porto.

HENRIQUES, Francisco & João Carlos CANINAS (2004) **O megalitismo da Região de Castelo Branco na obra de Francisco Tavares de Proença Júnior e trabalhos posteriores**, catálogo da Exposição “Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior, Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Jr, p. 28-35, Castelo Branco.

HENRIQUES, Francisco, João Carlos CANINAS & Mário CHAMBINO (1993) **Carta Arqueológica do Tejo Internacional**, vol. 3 (Idanha-a-Nova), *Preservação*, 14-16, 299p, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, Francisco, João Carlos CANINAS & Mário CHAMBINO (1995a) **Carta Arqueológica do Tejo Internacional**, vol. 2 (Castelo Branco), *Preservação*, 14-16, 119p, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, Francisco, João Carlos CANINAS & Mário CHAMBINO (2007) **Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão – uma leitura actualizada dos dados da Pré-História Recente**, comunicação à 1ª Reunión de Estudios sobre La Prehistoria en el Tajo Internacional, Santiago de Alcántara, no prelo.

LEISNER, Vera & Philine KALB (1998) **Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen**, Deutsches Archäologisches Institut, Walter de Gruyter, Berlin, New York, 162p.

MONTEIRO, J. Pinho & M. Varela GOMES (1977) **Rocha com covinhas na ribeira do Pracana**, *O Arqueólogo Português*, III Série, vol. VII-IX (1974-77), p. 95-99, Lisboa.

MORAZA BAREA, A. & J. A. MUJICA ALUSTIZA (2005) **Establecimientos de habitación al aire libre. Los fondos de cabana de morfología tumular: características, proceso de formación y cronología**, *Veleia*, 22, Vitoria.

MORAZA BAREA, A., I. MORO DEORDAL & J. A. MUJICA ALUSTIZA (2003) **Contribución al estudio de las estructuras tumulares en Arqueología: entre la similitud morfológica y la disparidad de funciones**, *Veleia*, 20, Vitoria.

**Novos Dados para o Conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central
na Beira Interior Sul. *Tumuli* e gravuras rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvêlos
(Oleiros - Castelo Branco)**

20

- OLIVEIRA, J. de & OLIVEIRA, C. D. (2000) **Menhires del Distrito de Portalegre**, El Megalitismo en Extremadura (Homenaje a Elias Diéguez Luengo), Extremadura Arqueológica, VIII, Mérida, p. 105-126.
- OLIVEIRA, J. de (2000) **Reflexiones sobre el conjunto megalítico de Cedillo**, El Megalitismo en Extremadura (Homenaje a Elias Diéguez Luengo), Extremadura Arqueológica, VIII, Mérida, p. 169-186.
- OLIVEIRA, Jorge M. Forte de (1998) **Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever**, Edições Colibri, Lisboa, 744p.
- PROENÇA Jr, Francisco Tavares de (1910) **Archeologia do Districto de Castello Branco. Contribuição para o seu estudo**, Typ. Leiriense, Leiria, 25p.
- SCHUTTER, Xavier de (2005) **Stratégies funéraires**, Dossier Les morts et les rites, Espace de Libertés – Magazine du Centre d’Action Laïque, Bruxelles, p. 4-8.
- SEVILLANO S. JOSÉ, Maria del Carmen (1991) **Grabados Rupestres en la Comarca de Las Hurdes (Cáceres)**, *Acta Salmanticensia. Estudios Historicos y Geograficos*, 77, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.
- SILBERT, Albert (1978) **Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l’ Ancien Régime, XVIII – Début du XIX^e Siècle. Contribution à l’ Histoire agraire comparée**, Instituto Nacional de Investigação Científica, 3 vols, Lisboa.
- SILVA, F. A. P. da (1997) - **Contextos Funerários da Idade do Bronze nos Planaltos Centrais do Centro-Norte Litoral Português: tradição ou inovação?**, II Congreso de Arqueología Peninsular, Tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora, p. 605-620.
- VILAÇA, R., A. SANTOS, E. PORFÍRIO, J. MARQUES & N. CANAS (1998) **Lugares e Caminhos no Mundo Pré-Romano da Beira Interior**, *Cadernos de Geografia*, 17, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 35-42, Coimbra.
- VILAÇA, Raquel & Ana ARRUDA (2004) **Ao Longo do Tejo, do Bronze ao Ferro**, Conimbriga, 43, p. 11-45, Coimbra.
- VILAÇA, Raquel (1995) **Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze**, 2 vol., Trabalhos de Arqueologia, 9, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.
- VV AA (2005) **Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia**, *Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Centro de Estudos Ibéricos e Associação de Desenvolvimento Estudo e Defesa do Património da Beira Interior (ARA), Guarda.
- VV AA (2006) **Actas das I Jornadas As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade**, Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Arqueologia Algarve, São Brás de Alportel.

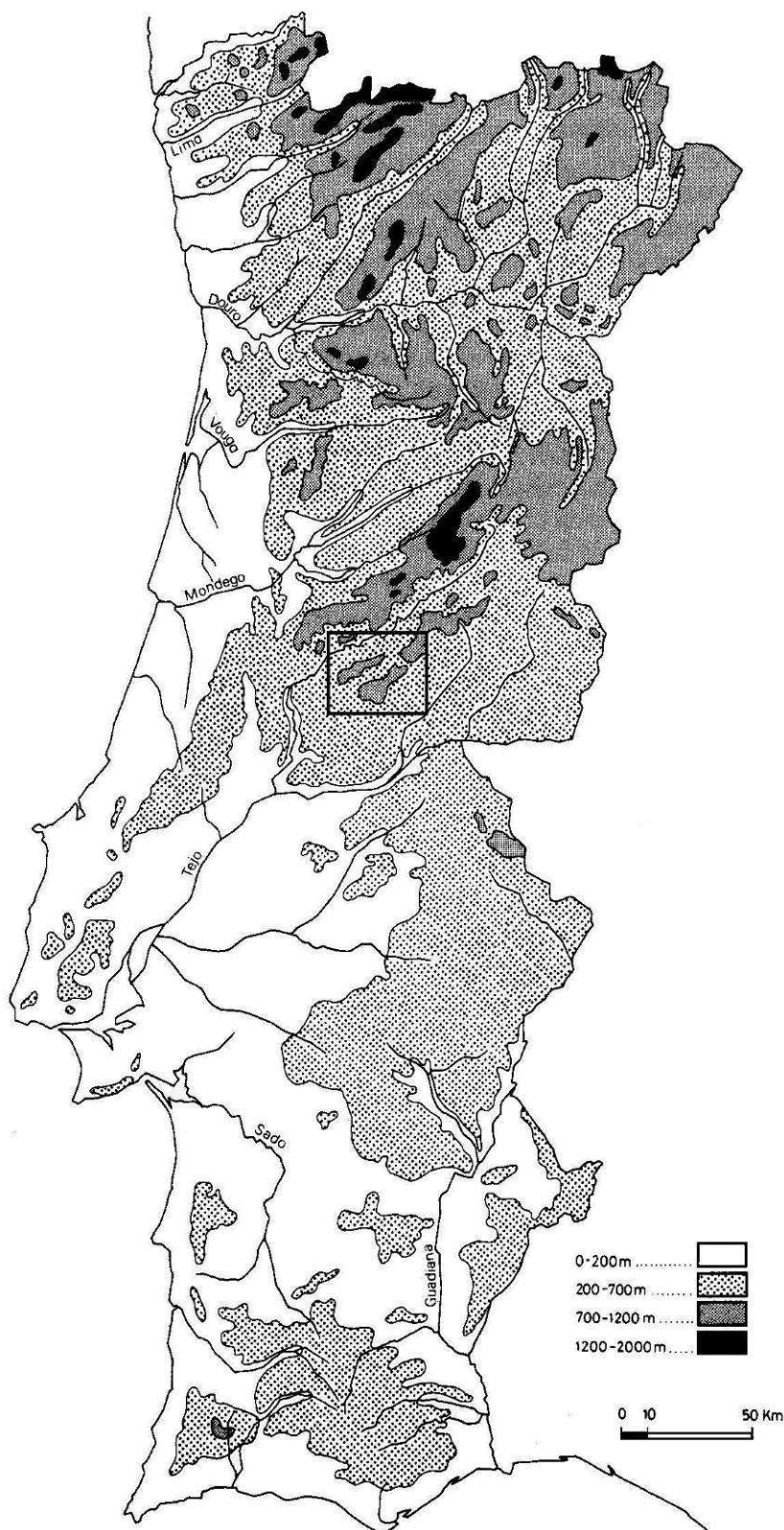


Figura 1. Localização altimétrica em Portugal Continental (adaptado de Alarcão, 1988b:12)

Novos Dados para o Conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central
na Beira Interior Sul. *Tumuli* e gravuras rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvélos
(Oleiros - Castelo Branco)

22

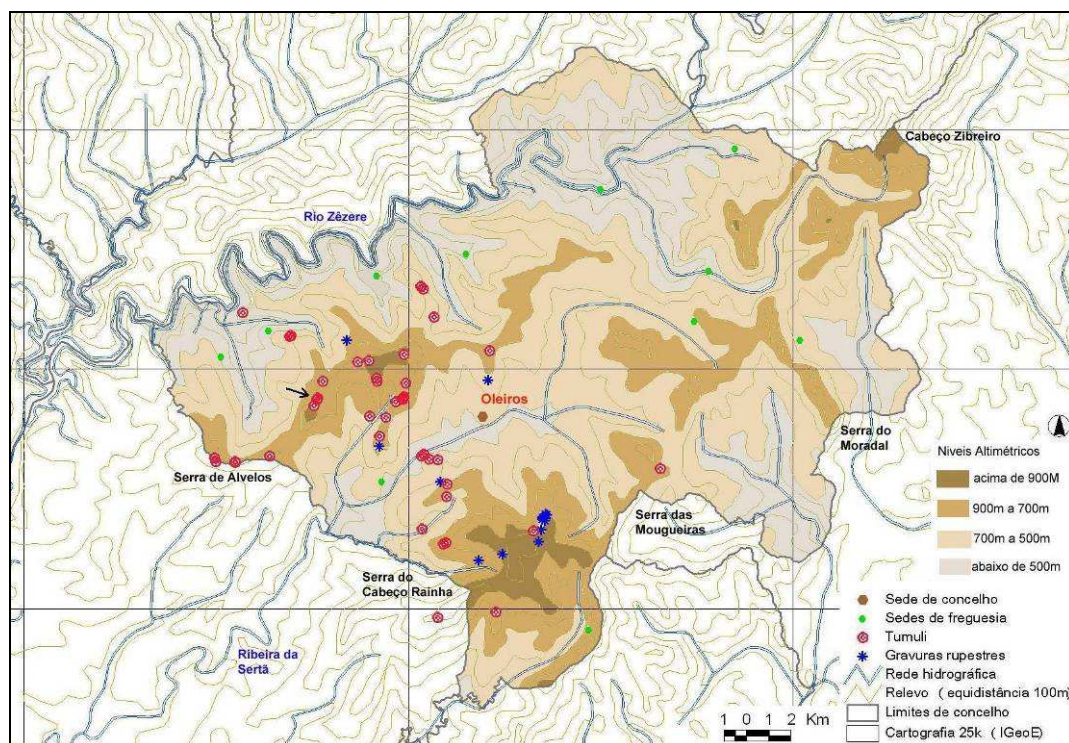


Figura 2. Distribuição de *tumuli* (círculos vermelhos) e grafias rupestres (círculos azuis) no concelho de Oleiros. A seta indica a localização a estrutura 1 de Vale de Mós.



Figura 3. Mamoa de Selada da Póvoa.



Figura 5. *Tumulus* de Feiteiras.



Figura 4. *Tumuli* de Selada do Cavalo.



Figura 6. *Tumulus* de Cabeço do Seixo.



Figura 7. Podomorfo (Alto do Pobral).



Figura 8. Dois círculos (Alto do Pobral).



Figura 9. Localização do painel com dois círculos (Alto do Pobral).

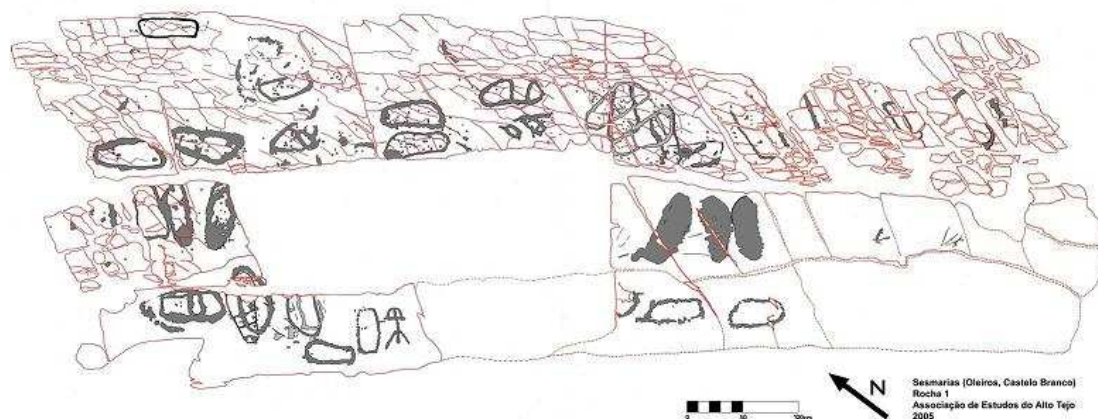


Figura 10. Rocha 1 de Sesmarias.

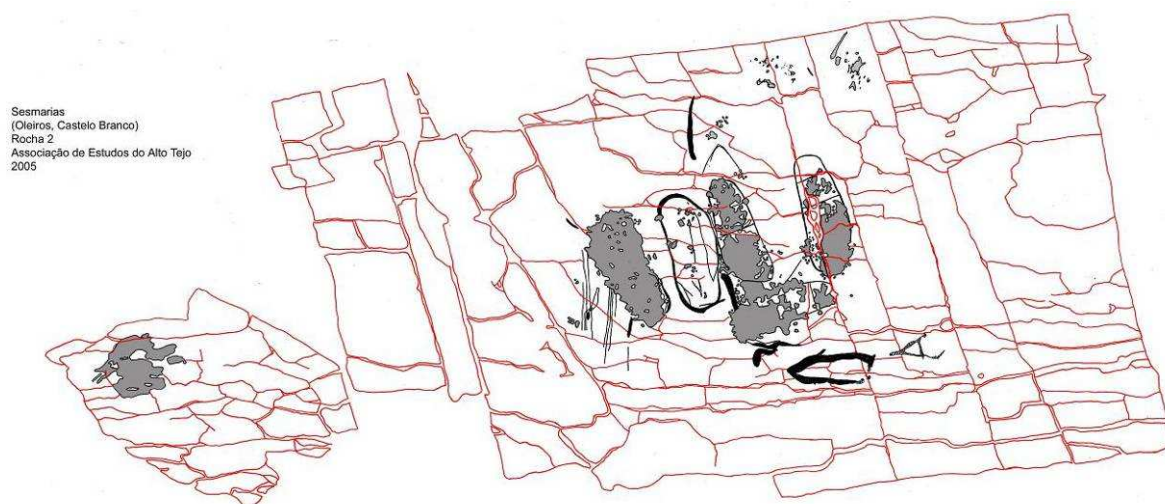


Figura 11. Rocha 2 de Sesmarias.



Figura 12. Rocha com covinhas (Mosteiro).

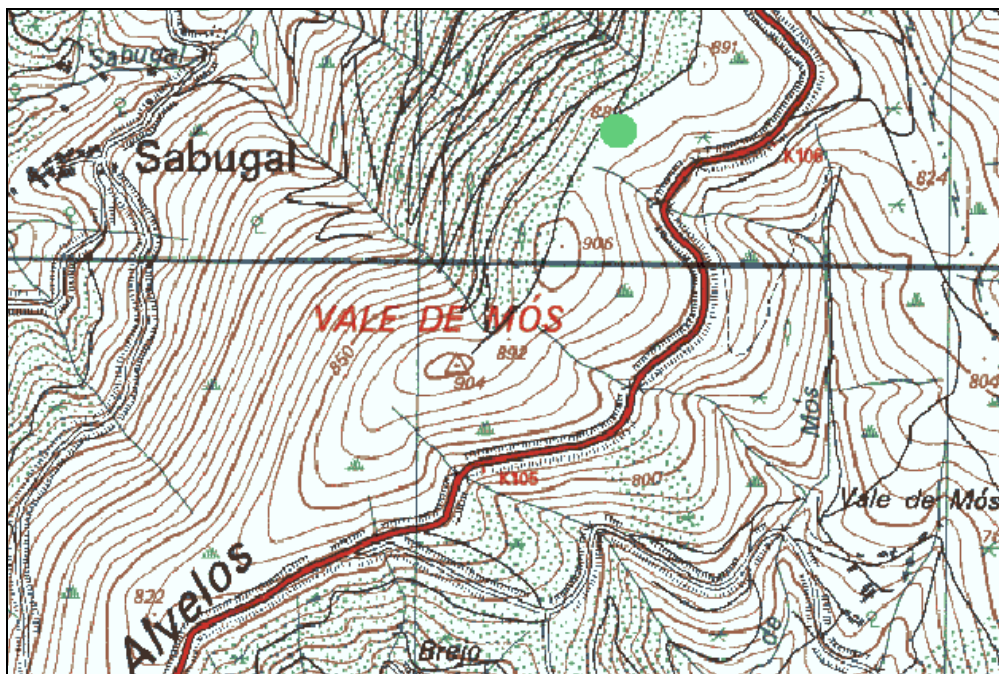


Figura 13. Localização da estrutura 1 de Vale de Mós em extracto da Carta Militar de Portugal
(escala 1:25.000)



Figura 14. Implantação do *tumulus* de Vale de Mós 1.



Figura 15. Aspecto da intervenção arqueológica em Vale de Mós 1.



Figura 16. Área da intervenção da Estrutura 1 de Vale de Mós após desmatação.



Figura 17. Aspecto da superfície da Estrutura 1 de Vale de Mós no início da decapagem.



Figura 18. Estrutura 1 de Vale de Mós após decapagem.



Figura 20. Fase final da intervenção em Vale de Mós no início da desmontagem do anel interno.

Novos Dados para o Conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central
na Beira Interior Sul. *Tumuli* e gravuras rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvêlos
(Oleiros - Castelo Branco)

29

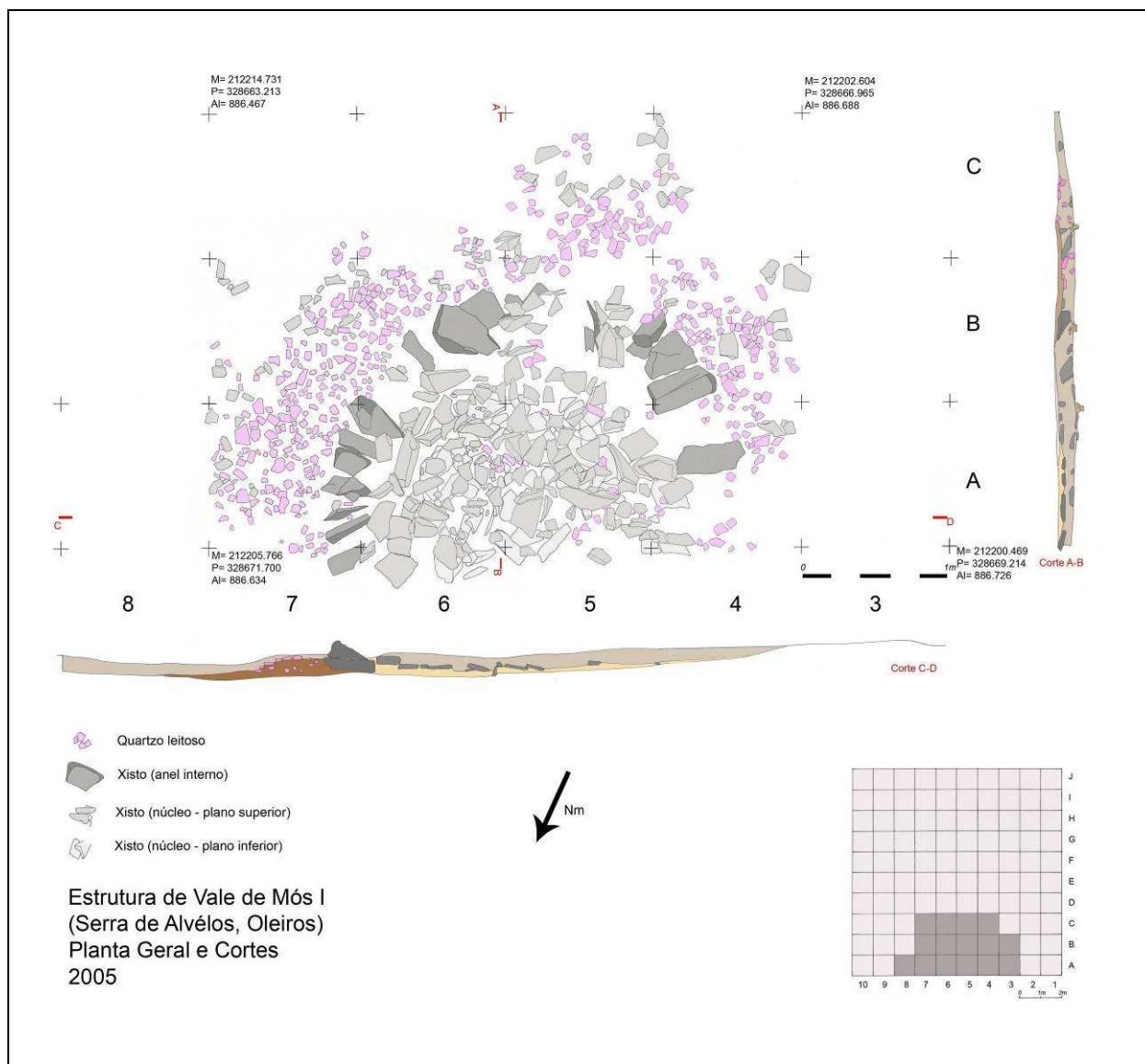


Figura 19. Planta geral de Vale de Mós 1.